



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Fundamentos.

## SERVIÇO SOCIAL E A “QUESTÃO DO MENOR” EM PERNAMBUCO (1940-1950): HISTÓRIA, MEMÓRIA E PERSPECTIVAS

Andresa Maria da Silva<sup>1</sup>  
Evelyne Medeiros Pereira<sup>2</sup>  
Fernanda Helen de Paula Lira<sup>3</sup>  
Thalia de Oliveira Barbosa<sup>4</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo conhecer a relação existente entre o Serviço Social e a “questão do menor”, na realidade de Pernambuco nos anos de 1940 a 1950. Para tanto, realizamos um estudo exploratório, tendo como base leituras de documentos históricos da primeira Escola de Serviço Social do estado, com destaque para jornais e monografias relativas ao período histórico priorizado.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Estado. “Questão do Menor”.

**Abstract:** This text aims to know the relationship between Social Work and the “issue of the minor” in the reality of Pernambuco in the years 1940 to 1950. To do so, we conducted an exploratory study, based on historical document readings of the first School of Social Work of the state, with emphasis on newspapers and monographs related to the prioritized historical period.

**Keywords:** Social Work. State. “Issue of the minor”.

### INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo conhecer a relação existente entre o Serviço Social e a “questão do menor”<sup>5</sup>, na realidade de Pernambuco nos anos de 1940 a 1950. Isso, no intuito de entender como as primeiras iniciativas desenvolvidas por parte do Estado brasileiro, voltadas para o público infantil e juvenil, vinculado às classes subalternas,

---

<sup>1</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: [evelyne.mp2913@gmail.com](mailto:evelyne.mp2913@gmail.com).

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: [evelyne.mp2913@gmail.com](mailto:evelyne.mp2913@gmail.com).

<sup>3</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: [evelyne.mp2913@gmail.com](mailto:evelyne.mp2913@gmail.com).

<sup>4</sup> Estudante de Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: [evelyne.mp2913@gmail.com](mailto:evelyne.mp2913@gmail.com).

<sup>5</sup> Durante o texto iremos tratar sobre a “questão do menor” como forma de fazer referência à situação social histórica que envolve, por um lado, o aviltamento das condições de vida das crianças e adolescentes vinculados às classes populares; por outro, a construção de uma ideologia dominante sustentada em uma perspectiva conservadora, moralizante, que responsabiliza os próprios pobres e suas famílias por “suas mazelas”. Portanto, trata-se de uma abordagem e concepção de criança e adolescente sustentada por parâmetros como o antigo “Código de Menores”, destoando profundamente da perspectiva de criança e adolescente como “sujeitos de direitos”, que fundamenta, por exemplo, o atual Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

colaboraram para a constituição das *protoformas* do Serviço Social no contexto pernambucano.

O estudo será, portanto, de vasto interesse para demonstrar como a “questão do menor” era tratada pelo Estado, mas, especialmente, na vigência do Estado Novo, período em que foram adotadas, de forma mais contundente, medidas voltadas para o desenvolvimento econômico-industrial do Brasil, no qual os avanços não alcançaram todos os membros da sociedade, particularmente no Nordeste. Como expressão disso, tivemos um conjunto de lutas sociais, caracterizado por muitos autores como de cunho messiânico e a própria evidência, por aqui, do crescente pauperismo em relação à realidade nacional.

Nesse cenário, um conjunto de medidas de enfrentamento à “questão do menor” foi amplamente materializado sob um discurso “oficial”, pautado, tanto na responsabilização das famílias pauperizadas pelo abandono das crianças e dos adolescentes, como pela ausência de aparatos jurídicos e assistenciais. Tudo isso tornava vulnerável esse segmento a todos os “males das ruas”, levando-os a um estado de potencial periculosidade, de maneira que comprometeria o futuro do país. (FALEIROS, 1941; PRIORE, 1991).

Dessa forma, construímos nossa exposição em dois grandes eixos. O primeiro abordará a concepção predominante sobre a “questão do menor”, que orientava as ações relativas à primeira Escola de Serviço Social em Pernambuco. O enfoque do estudo, nessa parte, será a configuração da gênese da profissão, com o foco na cidade de Recife, e os elos que irão vinculá-la à problemática envolvendo mais diretamente crianças e adolescentes pertencentes às famílias de trabalhadores migrantes do campo.

O segundo item se deterá nas principais respostas vindas do Estado, sob a intermediação das “pioneiras” do Serviço Social em Pernambuco, nos campos de atuação direcionados à “questão do menor” na década de 1940 a 1950. Desse modo, dialogará com as ações oficializadas a partir da Lei n. 2947/1935 que, na realidade pernambucana, tinham, segundo as pesquisas realizadas junto aos noticiários da época, a exemplo do *Jornal da Manhã*, um grande peso da “problemática do menor” associada à “crise açucareira” e ao conseqüente rebaixamento das condições de habitação e saneamento da população, evidenciado pela pesquisa do Centro de Mocambos de Recife, realizada em 1939, e pela III Semana de Ação Social, no mesmo ano. Isso influenciou diretamente à fundação, no ano seguinte, da primeira de Serviço Social em Pernambuco.

Assim, dentre os vários “problemas” apresentados nas décadas de 1940-1950, encontra-se o agravamento da situação social de centenas de crianças e adolescentes advindos dos setores mais subalternizados da sociedade. Situação, essa, expressa por rotinas de trabalho exaustivas, abandono escolar e alta taxa de mortalidade infantil,

fenômenos em torno dos quais será destinada a atuação das primeiras escolas de Serviço Social no país (IAMAMOTO, 2014; FALEIROS, 1941). Em Pernambuco não será diferente, apesar das particularidades. Para tal análise, existe um acervo de livros, dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso, das mais diferentes autorias, a exemplo de Gominho (1997, 1998 e 2011), Melo (1978), Pandolfi (2015), Rocha (1989) e Vieira (1992). É, portanto, sobre esse subsídio que o desenvolvimento da nossa pesquisa pretende se apoiar.

## **A CONCEPÇÃO DO “MENOR” NA GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL**

Sabemos que, conforme a perspectiva histórica-crítica, diferentemente da endogenista, o Serviço Social é permeado pelo contexto de cada época, incorporando influências ideológicas e políticas presentes na sociedade brasileira, particularmente nordestina, sobre a “questão do menor”, em especial, nas políticas e nos serviços sociais do período em questão. Referimo-nos aos anos de 1940 e 1950, período marcado nacionalmente pela ascensão, desde a década anterior, das ideias e ações que irão fundamentar o Governo Vargas, representante da aliança entre oligarquia agrária e a nascente burguesia industrial, que viabiliza um importante passo na transição para o capitalismo na sua fase monopolista. Os efeitos desse processo em terras nordestinas foram atravessados incisivamente pelo fenômeno social da “seca” como expressão do peso do latifúndio e das relações de submissão – posteriormente, também de contestação - que o sustentavam, conformando a questão agrária no Nordeste.

A constituição dos primeiros centros urbanos nesse contexto, motivados, agora, pela necessária industrialização (mesmo que tardia e dependente), junto à problemática da seca, motivou a migração de um enorme contingente da população do campo para as nascentes cidades. Esse processo deu-se tanto entre as regiões, com a ida de centenas de nordestinos para o novo pólo dinâmico da economia e da política nacional (Sudeste), como dentro das próprias regiões, fazendo de Recife, por exemplo, o destino de muitas famílias sertanejas. Como desdobramento, temos a chamada “questão dos mocambos”, aliada à dita “problemática do menor”, que se tornam manifestações da “questão social” onde o governo e a pequena (e nascente) burguesia da época concentraram esforços.

Trata-se, portanto, de um contexto histórico em que a emergência da profissão em Pernambuco dá-se, predominantemente, por intermédio de uma ação tecnicada, mesmo que de forma embrionária, voltada principalmente para a assistência, filantropia e educação moral da nascente classe “operária”. Isso, de forma aliada aos interesses daqueles que

buscavam o controle e ajustamento dos setores subalternos, amenizando os efeitos e desdobramentos da “questão social”.

A Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESS/PE) foi fundada em 1940, como consequência da III Semana de Ação Social de 1939, sendo extinta e incorporada à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1971. Trata-se, portanto, da terceira Escola de Serviço Social criada no Brasil, precedida pela de São Paulo (1936) e a do Rio de Janeiro (1937), com ajuda das organizações da Igreja Católica (Bélgica, França, Alemanha), do Juizado de Menores e do Círculo Operário do Recife. O direcionamento, nos primeiros anos, foi de ofertar o *Curso de Funcionários do Juizado de Menores*, organizado pelo Dr. Rodolfo Aureliano, com intuito de intervir sobre a classe operária através da “questão do menor”. Contudo, na mesma década, essa formação sofreu modificações em suas bases teóricas e na estrutura curricular, fruto também dos intercâmbios que ocorreram com o Rio de Janeiro em 1947. (PADILHA, 1949).

Nesse período, as pioneiras do Serviço Social caracterizavam-se pelo perfil marcado pelo tradicionalismo, buscando prestar um atendimento moralizante às crianças e aos seus familiares, reflexo do que havia sendo constituído no processo de profissionalização do Serviço Social na esfera nacional, especialmente no eixo Rio-São Paulo. Muito embora haja indícios de que, por aqui, a gênese da profissão tenha sido caracterizada não puramente pelo “arranjo teórico-doutrinário”, sobre o qual lamamoto (2014) nos fala, mas por elementos também, ainda que incipientes, já do desenvolvimento de comunidade pautado na perspectiva da participação e de uma embrionária educação popular. Sobre isso, vale lembrar que, em anos posteriores, o próprio Paulo Freire lecionará na Escola de Serviço Social em Pernambuco.

Nessa ótica, as primeiras assistentes sociais adquiriram muita experiência como “visitadoras” do Serviço de Higiene Mental, cargo criado por Ulisses Pernambucano para que fossem feitos atendimentos domiciliares nas casas de pacientes internados, visando garantir um preparo aos parentes. No caso das crianças, a influência deu-se a partir de intercâmbios para outros estados e desenvolvimento de políticas de acompanhamento às crianças consideradas com “atraso” ou “mau desempenho” escolar. As melhores organizações, nesse sentido, localizavam-se em Belo Horizonte, lugar onde Madame Helena Antipoff, pioneira em assistência voltada ao público infantil, atuava.

O trabalho do Serviço Social, em geral, era individualizado e específico para cada família que recebia visita para os aconselhamentos morais e as orientações aos tipos de assistência disponíveis. No caso das crianças, as consideradas “desajustadas”, ou com algum tipo de deficiência, eram encaminhadas para escolas com um tipo de educação

especial, voltada para o crescimento "adequado" do indivíduo, dentro dos padrões morais e educacionais exigidos pela sociedade para a inserção no mercado de trabalho, a exemplo da Escola Aires Gama (atual Ulisses Pernambucano), da Escola Normal de Pernambuco, da Escola para Crianças Excepcionais e do Instituto e Granja Pestalossi. Os "menores", de acordo com o teste de quociente intelectual e o psico-pedagógico, comumente poderiam ser classificados como "rudes", "perversos", "com traços amorais" ou, também, "ligeiramente perversas", refletindo a centralidade do caráter disciplinador do Serviço Social no período em questão.

No desenvolvimento preliminar da nossa pesquisa documental, identificamos algumas monografias que tratam sobre esse tema, referente ao período priorizado (1940-1950), com os seguintes títulos: "Contribuição ao Estudo da Assistência dos Normais Educativos" (COSTA, 1949); "Tentativa de Aplicação do Método do Serviço Social de Grupo num Posto de Puericultura" (LIMA, 1950); "Uma experiência de Serviço Social junto ao Abrigo Feminino" (LIRA, 1953); "Desenvolvimento e Serviço Social no Programa do Departamento da Criança" (MACIEL, 1959) e "Uma experiência de Serviço Social junto ao setor de Assistência a Família da Legião Brasileira de Assistência" (OLIVEIRA, 1950).

No trabalho de Ana Luiza Pereira da Costa (1949), é destacado o papel que, na época, tinham as educadoras especializadas no desenvolvimento infantil, sob o viés de orientação familiar. As assistentes sociais deveriam entrevistar as famílias e garantir as condições socioeconômicas, para que as crianças, após passar pelo acompanhamento escolar, fossem produtivas ao sistema.

Já na monografia escrita por Thelma de Souza Maciel (1959), há algo que, a nosso ver, torna-se relevante para o presente estudo: a mesma vem mostrar a importância de campanhas voltadas ao crescimento da população, principalmente na área da infância. Isso na perspectiva de que, uma infância bem cuidada, resultaria numa juventude mais forte e num adulto mais moralizado.

Assim, é possível observar que há uma grande aproximação entre a emergência do Serviço Social em Pernambuco e a "questão do menor", não apenas pelo fato da sede da primeira escola ter sido onde funcionava o Juizado, mas pela presença de um conjunto de ações, desde a sua gênese, planejadas e desenvolvidas para tal questão no trabalho das pioneiras nas mais diversas áreas. Isso, sob uma perspectiva ainda marcada pela associação do público infantil das classes populares a uma concepção de maior propensão à marginalidade.

No período em questão, podemos observar que os profissionais do Serviço Social usavam algumas nomenclaturas mais recorrentes referente à "questão do menor", tais

como, “desajustados”, “anormais educáveis”, “delinquentes”, entre outros termos, que reforçaram estigmas até hoje vivos. Contudo, já no final da década de 1950, é possível perceber uma variação nesse vocabulário, reflexo de um conjunto de transformações que a sociedade brasileira e o próprio Serviço Social passariam com maior incidência desde a década posterior (1960). A partir daí, torna-se mais presente a utilização dos termos “criança” ou “infância”, ao invés simplesmente de “menor”, dependendo do contexto.

Para melhor entendermos a relação orgânica entre a emergência do Serviço Social em Pernambuco e a “questão do menor”, no próximo item nos deteremos às principais ações e políticas voltadas, no referido período, para a atuação sobre essa problemática, identificando as ações em que havia uma maior demanda da prática de agentes com formação especializada advindos da Escola de Serviço Social.

### **AS INSTITUIÇÕES, OS SERVIÇOS E AS PIONEIRAS: perspectivas no enfrentamento a “questão do menor”**

Com base na “lei de assistência ao menor”, nº. 2.947/1935, em 1940, Darcy Vargas inicia ações sociais voltadas às famílias consideradas desajustadas, que viviam no pauperismo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Esse cenário contribuiu para a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em Brasília, contemplando, especialmente, alguns estados que tinham um alto índice de mortalidade infantil. O Rio de Janeiro, por ter sido o precursor na construção da primeira escola de Serviço Social e também um dos polos de industrialização do Brasil, foi priorizado com o primeiro laboratório da LBA e de seus programas, que variavam conforme as demandas postas pelos usuários de serviços prestados e, intermediados, por profissionais de assistência social.

A segunda experiência desenvolvida, nesse âmbito, foi em Pernambuco que, na época, passava por uma forte crise econômica devido ao contexto da Guerra Mundial e suas incidências sobre o comércio do açúcar no Nordeste, o que fez com que vários trabalhadores migrassem do campo para a cidade junto às suas famílias em busca de emprego nas fábricas. Contudo, a crise afetou todos os setores econômicos do estado, repercutindo diretamente na configuração familiar dos trabalhadores e no acirramento das desigualdades sociais sobre suas vidas, o que para muitos passou a incidir diretamente no grave “desajuste familiar”<sup>6</sup>. Assim, em busca de emprego no “Sul”, uma grande parcela de

---

<sup>6</sup> Conforme o *Jornal Folha da Manhã* (1945), “desajustadas” eram as famílias que estavam perdendo a configuração tradicional (pai, mãe e filhos) em decorrência de problema econômico, agravando as situações de mazelas sociais provocadas pela retirada dos mocambos sem estrutura e planejamento do governo que passava

trabalhadores do campo, migrando para os pólos industriais dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, contribuíram para que Pernambuco tenha se tornado, nesse período, uma rota de exportação de mão de obra para os demais estados do país.

Diante desse contexto, a LBA foi instituída no Recife no ano de 1950, com o apoio financeiro da sede em Brasília e a influência técnico-formativa do Rio de Janeiro que, segundo Oliveira (1950), estava em seu segundo ano de experiência com a LBA<sup>7</sup>. A função das profissionais que trabalhavam nesse órgão em Pernambuco era “ajudar” as famílias “desajustadas”, principalmente reforçando o papel de “pulso forte” da figura da mãe que, no caso, iria criar seus filhos sem a referência paterna, para que as crianças, ainda vistas como “menores”, tornassem-se bons adultos trabalhadores, não caindo nas “tentações” e “más influências” que os cercavam, geralmente, nos “mocambos” onde moravam. Portanto, o objetivo maior era estabelecer um padrão de conduta moral adequado para o bom desempenho dos futuros operários. Para tanto, seria necessária uma intervenção integral a toda a família, conforme nos apresenta (OLIVEIRA, 1950).

Outras ações foram feitas ao longo da crise do açúcar, em 1940 a 1950, para precaver a “questão do menor” em Pernambuco. Uma delas foi a retirada dos mocambos para as casas operárias (conjuntos habitacionais), em regiões metropolitanas do Recife, nas proximidades das fábricas, tendo como pressuposto a concepção dominante de que, se o “menor” vivesse em uma casa de alvenaria e com uma vizinhança sem “vícios”, tornar-se-ia um adulto responsável e trabalhador.

Outra medida, depois da criação das vilas operárias, foram as construções de maternidades, Centros Educativos, Postos de Puericultura, para que as mães operárias pudessem ter seus filhos e também garantir o cuidado necessário à redução da mortalidade infantil, na medida em que os projetos fossem aplicados através do Serviço Social. Assim, a responsabilidade pela reprodução dos trabalhadores ficaria, ainda sobremaneira, nas costas das mulheres. Caberia, então, por parte do Estado, mais precisamente dos serviços assistenciais e educativos, orientar as mães em toda sua gestação, ensinando-as os cuidados desde a primeira infância.

Nesse cenário, os “menores” que tinham idade para frequentar os Centros Educativos seriam acompanhados pelas profissionais, que faziam suas fichas de matrícula nas visitas de triagem nas casas operárias. Essas ações, que tinham uma clara orientação

---

por uma crise na qual fez com que trabalhadores deixassem a família e fossem para Sul em busca de emprego. (MAGALHÃES, 1945).

<sup>7</sup> De acordo com Oliveira (1950), a preparação técnica- informativa das profissionais do Serviço Social da LBA de Pernambuco foi feita pelas profissionais da LBA do Rio de Janeiro nas quais ensinaram como fazer os laudos de triagens da mãe e da criança até final da sua segunda infância; organizar rodas de diálogos com as mães de famílias ditas “desajustada”; etc.

fiscalizatória e disciplinar, pautada no higienismo, podem ser ilustradas a partir do artigo *Semana da Criança* do Jornal Folha da Manhã. Vejamos:

Comemoração de “palavras e obras”: Maternidades, Postos de Puericultura são construídos por toda Região pernambucana com Ações do Governo mediadas pela LBA; O governo de Getúlio ampliar as ações do Departamento da Criança com os auxílios para defesa da criança em Floresta e Petrolina; Ajudar a obra benemérita do DNC; A criação de alas de maternidades e postos puericultura nos Hospitais Regionais; Apoio financeiro às mães que se encontrava em situação de “desajustamento”; A inauguração dos Centros das Vilas Populares de Santo Amaro; A primeira Creche do Recife, (sentimento de gratidão o futuro do Brasil através das crianças ); Aumento de atendimento das assistências pelo setor privado para cuidar da proteção das crianças (Benemérita Cruzada (P); Formulando o sistema de Certidão de Nascimento para não ter mais problema com os registros; E a retiradas das mães e crianças dos mocambos; Construção de Lactários em toda Região Pernambucana. (MAGALHÃES, 1938)

Como podemos observar, o governo de Pernambuco teve, nos anos 1940 a 1950, um grande investimento voltado para a “questão do menor”. Assim, além de construir e implantar ações preventivas, também se investia em ações voltadas para os “menores abandonados”, vistos, por parte do Estado, como um problema de planejamento familiar, quando, na verdade, tratava-se do adensamento da “questão social” e dos seus efeitos sobre as famílias migrantes, repercutindo, inclusive, nas condições subjetivas desses sujeitos.

Como parte dessas expressões, existiam, também, os que viviam nas ruas pela ausência de amparo familiar, já que muitos eram remanescentes dos interiores. Diante disso, os “menores” eram expostos a uma realidade dura e sofrida das ruas, na qual aprendiam cedo o “valor do trabalho” e também as práticas consideradas marginais e desajustadoras, a exemplo do uso de drogas e dos pequenos furtos, fazendo com que rapidamente fossem concebidos na condição de delinquência.

É nessa realidade que o abrigo dos *Gazeteiros* foi criado, com intuito de tirar esses “menores” das condições de vícios e outras mazelas, na tentativa de torná-los futuros adultos com dignidade e responsabilidade exigida pela rotina do trabalhador, particularmente fabril. Sobre isso, o artigo *Abrijo dos Gazeteiros*, do Jornal Folha da Manhã (1938), nos diz o seguinte:

Um projeto do Estado Novo para valorizar o trabalho a qual representava a ordem, disciplina e riqueza: os gazeteiros não poderiam ficar de fora, já que eram crianças que moravam na rua aos azares e sortes da vida (estava em jogo o futuro da nação brasileira), a partir desse mazela o Estado começou através do governo investir na construção de Abrigos para os meninos



vendedores de jornal para que crescem longe dos vícios e tornarem adultos exemplares. Os meninos iriam encontrar um local seguro com mulheres que representavam uma figura materna que iriam “cuidar deles depois de um dia longo de trabalho”, uma cama sem pulgas e ratos, três refeições quentes, e a partir da ai sua formação para um adulto responsável seriam mais fáceis O abrigo dos gazeteiros foi construído pela Secretaria do Interior aqui em Pernambuco. (MAGALHÃES, 1938)

Ainda na década de 1940, foram criadas escolas voltadas para o ensino e "recuperação" de crianças consideradas com atraso escolar ou algum tipo de deficiência mental. O serviço assistencial teve como inspiração os trabalhos de Madame Helena Antipoff que, tal como sinalizado anteriormente, em Minas Gerais criou entidades para acolher e tratar as crianças consideradas “carentes”, com o auxílio do Departamento Nacional da Criança (DNCr), que capacitava profissionais do Serviço Social para o atendimento regional. No estado de Pernambuco, uma das escolas para o acompanhamento dessas crianças foi a Escola Aires Gama, futuro Ginásio Ulisses Pernambucano, criada pelo próprio Ulisses Pernambucano, que oferecia tratamento para os ditos "anormais educáveis".

Em 1953, outro projeto desenvolvido para atuar na “questão do menor” foi o Abrigo Provisório Feminino do Juízo Privativo de Menores Abandonados e Delinquentes de Recife, com o apoio exclusivo do Dr. Rodolfo Aureliano da Silva, que lutou para que o abrigo tivesse condições mínimas para oferecer o básico para os considerados “menores delinquentes” à espera da sua sentença no Juizado de Menores. Nesse ambiente se tinha uma equipe composta por uma gestora, 2 merendeiras, 2 orientadores (um homem e mulher), 4 profissionais de serviço (assistentes sociais), que lidavam com jovens vistos como problemáticos que precisavam ser reeducados para viver em sociedade de forma mais harmônica. Dessa forma, a divisão territorial da casa/abrigo era organizada em quartos para meninos e meninas “normais” e os considerados com maior nível de “periculosidade”, tal como nos apresenta Lira (1953, p. 9-10).

Divisão de grupos: Procurou se reunir grupos de meninas e meninos atendendo ao critério de periculosidade: dois grupos de menino e menina normais e outro de menino e menina de grande periculosidade, que dormiam em salões de diferentes, faziam suas refeições em horários diferentes. Desejava-se ainda, que essa separação se mantivesse todas as horas, durante o dia, o que entretanto não conseguia.

Nesse abrigo, atividades feitas com a supervisão das profissionais de serviços eram de caráter socioeducativo, tais como, trabalhos profissionalizantes feitos com jovens abaixo de 14 anos voltados para a manutenção da casa (jardinagem, capinação, pintura, reparos e

outros) e ações destinadas para as meninas, a exemplo de cursos de bordados, crochê, costura e outros. Tudo isso, fazendo com que esses jovens entendessem que a situação deles era passageira e que, quando saíssem do abrigo, teriam entendido o valor e o papel do trabalho como forma de torná-los dignos e moralmente aceitos.

Em relação ao Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), associado ao DNCr, Thelma Maciel (1959) descreve na sua monografia sua importância para os estados e para a vida em sociedade, pois o mesmo tinha como objetivo proporcionar à população uma infância bem cuidada, já que se acreditava existir maior possibilidade de sobrevivência nos primeiros dias de vida, através de ações, como clubes de mães, além das orientações; curso de corte e costura; de como cuidar de crianças; confecção de enxovais; entre outros recursos, que eram considerados importantes para o desenvolvimento populacional.

É objetivo imediato do clube de mães promover um melhor aproveitamento dos recursos assistenciais - leite, medicamentos e outros, oferecidos pela obra onde for organizado. Como os nossos clubes estão instalados, em sua quase totalidade, em obras de assistência médico-social à maternidade e à infância, e não poderia ser de outra forma desde que é programa do Departamento Nacional da Criança, propuseram se difundir entre suas associadas noções de puericultura, higiene, educação familiar e social. (MACIEL, 1959, p.49)

A autora ainda acrescenta, com base em sua experiência no estágio em Serviço Social, a preocupação de orientar as mães para formas posteriores de desenvolvimento dos seus filhos, inclusive, orientando-lhes o aproveitamento dos serviços disponíveis por parte do Estado, em parceria com o FISI, na tentativa de “combater” a mortalidade infantil, bem como, “problemas sociais” que possam surgir ou se agravar no desenvolvimento do “menor”.

Percebemos, portanto, a importância central da família no trato da “questão do menor”, considerado um grupo fundamental, cabendo as profissionais instruírem-lhes moralmente para aproveitar da melhor maneira as suas condições econômicas como forma de organização da vida em sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É possível, por fim, mesmo que de forma parcial, identificarmos que, tanto no percurso nacional, quanto regional, a gênese do Serviço Social no Brasil é atravessada por iniciativas governamentais voltadas ao enfrentamento da “problemática do menor” como expressão da “questão social” e como aspecto fundamental para o disciplinamento familiar das classes populares e, particularmente, dos operários.

Sobre isso, no contexto de Pernambuco, o primeiro ano de investimento nas ações voltadas para tal questão viabilizou a criação de um conjunto de órgãos e instituições aos quais se destinaram esforços advindos da Escola de Serviço Social, tais como, a construção da primeira Creche da Encruzilhada, as Maternidades nos pólos operários, Centros Recreativos e outros locais de atendimentos, que foram todos datados no primeiro Fichário Central de Pernambuco e faziam parte da política do Estado Novo e também da LBA, com o objetivo de acolher especialmente famílias, mães e filhos da classe operária para que esses pudessem, potencialmente, formar uma dócil e produtiva classe trabalhadora (UFPE, 1987).

Assim, mesmo que posteriormente tenham ocorrido alterações e tensionamentos, no que diz respeito à concepção e ao direcionamento teórico-político, sobre a “questão do menor”, o que predominou nas políticas e principais programas em que os profissionais de Serviço Social estavam inseridos durante o período priorizado (1940-1950) foi, fundamentalmente, uma perspectiva que associa os filhos e as filhas da classe trabalhadora à marginalidade e delinquência, em potencial, perdurando até os nossos dias, mesmo com o avanço e as conquistas expressas e materializadas no ECA. Tratou-se, portanto, da necessidade permanente das classes dominantes, via Estado, de desenvolver ações voltadas para atenuar os conflitos e os efeitos econômicos das desigualdades através do controle social, da assistência, da educação moral e da delimitação dos “novos” papéis sociais de cada membro familiar, e da família como um todo, na nascente realidade urbano-industrial. Essa, no Nordeste, ainda mais que em outras regiões do país, amalgamou-se, em grande medida, com a realidade do campo, influenciando, na formação particular das classes sociais e nos próprios campos de atuação do Serviço Social.

## REFERÊNCIAS

COSTA, A. L. P. **Contribuição ao estudo da assistência aos anormais educáveis** (Ana Luiza Pereira da Costa). Recife, 1949. 138 f. Monografia (Serviço Social) Escola de Serviço Social em Pernambuco.

GOMES, V. D. **A Escola de Serviço Social de Pernambuco –1940/1945**. Políticas de ação e ações políticas. Recife, 1987. 114 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.

\_\_\_\_\_. **“Liga Social Contra o Mocambo” A questão social em Pernambuco – (Estado Novo, 1937-1945)**. Recife, 1993. 62 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1993.

FALEIROS, V. de P. **Estratégias em Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R.de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez. 2014.

LIRA, M. H. **Uma experiência de Serviço Social junto ao abrigo provisório feminino do juízo privativo de menores, abandonados e delinquentes do Recife**. Recife, 1953. 76 f. Monografia (Serviço Social) Escola de Serviço Social em Pernambuco.

MACIEL, T. de S. M. **Desenvolvimento e Serviço Social no Programa do Departamento Nacional da Criança e Fundo Internacional de Socorro a Infância (DNCR-FISI)**. Recife, 1959 81 f. Monografia (Serviço Social) Escola de Serviço Social de Pernambuco.

MAGALHÃES, A. **Abrigo dos Gazeteiros**. *Jornal Folha da Manhã*, p. 01 (Pernambuco em Recife). Dezembro, 1938. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

MAGALHÃES, A. **Semana da Criança**. *Jornal Folha da Manhã*, p. 01, 02. (Pernambuco em Recife). Outubro, 1938. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

MAGALHÃES, A. **Desajustados**. *Jornal Folha da Manhã*, p. 03 (Pernambuco em Recife). Janeiro, 1945. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

PADILHA, H. M. B. **História da Escola de Serviço Social de Pernambuco**: uma análise do projeto ideopolítico em articulação com a realidade pernambucana e brasileira dos anos 30 a 70 do século XX. Recife, 2008. 430 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PRIORE, M. D. **História das Crianças no Brasil**-São Paulo, 1991. Contexto.

OLIVEIRA, A. S. **Uma experiência de Serviço Social junto ao setor de assistência a família da Legião Brasileira de Assistência**. Recife, 1950. 88 f. Monografia (Serviço Social) Escola de Serviço Social em Pernambuco.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Cadernos de Serviço Social** (Mestrado em Serviço Social), nº 3, junho 1985.